

## A Antropologia, os Antropólogos e a Educação no Brasil

---

Amurabi Oliveira<sup>a</sup>  
Beatriz Demboski Búrigo<sup>b</sup>  
Felipe Boin<sup>c</sup>

O campo da Antropologia da Educação no Brasil encontra-se em processo de constituição, todavia, ainda não tem sido realizado um levantamento mais detalhado sobre sua configuração. Nesse trabalho, almejamos analisar esse campo a partir dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia existentes atualmente, o que será realizado considerando principalmente as linhas de pesquisa em tais programas e a atuação de seus docentes no campo educacional. Examinaremos em maior profundidade o perfil dos antropólogos que possuem alguma interface com a educação, considerando os seguintes indicadores: a) indicação da educação enquanto campo de atuação; b) desenvolvimento de projetos de pesquisa e/ou extensão na interface com essa área; c) produção acadêmica no campo da educação; d) desenvolvimento de orientações em pós-graduação nessa área.

Antropologia da educação; Campo acadêmico; Antropologia brasileira; Antropólogos.

O campo da Antropologia brasileira tem passado por intensas transformações nas últimas décadas, cuja marca mais evidente se relaciona com a expansão significativa que vem sofrendo tanto no nível

a   Doutor em Sociologia (UFPE), Professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Email: amurabi\_cs@hotmail.com.

b   Mestranda em Antropologia Social (MN/UFRJ). Email: beademboskiburigo@hotmail.com.

c   Mestrando em Antropologia Social (UFSC). Email: fbboutin@gmail.com.

de graduação quanto de pós-graduação, o que, por consequência, tem sido acompanhado pela consolidação das pesquisas nessa área.

É evidente para aqueles que analisam esse campo que a fase inaugurada pela década de 1960, na qual são criados os primeiros programas de pós-graduação<sup>1</sup>, traz um novo contorno para a Antropologia brasileira, é o período que R. Oliveira (2003) denominou de ‘burocrático’ no qual:

“[...] se *rotiniza* o carisma daquelas lideranças e de outras similares, e em seu lugar surgem novas formas de divisão do trabalho na disciplina, imbuídas de uma preocupação de estabelecer *organizações* (os Programas de Pós-Graduação) que ‘racionalizassem’ os projetos de formação avançada em Antropologia e onde a pesquisa passasse a ser condição imprescindível ao adestramento de qualquer antropólogo” (R. Oliveira 2003:113).

Considera-se, portanto, que compreender os contornos que a Antropologia brasileira passa a assumir desde então, demanda um esforço por parte dos pesquisadores em se voltar para a análise de seu desenho na pós-graduação. Tendo em vista tal premissa, compreendemos que uma reflexão mais apurada sobre qualquer área de pesquisa na Antropologia brasileira demanda que nos voltemos para o exame do lugar de tal área na pós-graduação, tanto no nível das instituições quanto dos agentes que rotinizam a construção do conhecimento de determinado campo de saber.

O que nos propomos a realizar aqui se insere num conjunto de trabalhos marcados pela autorreflexão antropológica, realizada de modo mais aprofundado em trabalhos como *The Anthropology of Anthropology: the brazilian case* (1981), *Antropólogos Brasileiros e a Antropologia no Brasil: a era da pós-graduação* (1996), *O Campo da Antropologia no Brasil* (2004), *Traficantes do Simbólico & Outros Ensaios Sobre a História da Antropologia* (2013), *Desafios da Antropologia Brasileira* (2013), *Rumos da Antropologia no Brasil e no Mundo: geopolíticas disciplinares* (2014), que no possibilitam captar as características e transformações da Antropologia brasileira.

Outras obras, especialmente aquelas organizadas pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), tais como *O que ler na Ciência Social Brasileira (1970-1995)/Vol. I – Antropologia* (1999) e *Horizontes das Ciências Sociais. Antropologia* (2010), voltam-se de forma mais incisiva para uma reflexão sistematizada sobre temáticas consideradas centrais na agenda de pesquisa da Antropologia brasileira. Neste sentido, propomo-nos aqui a avançar na discussão focando em uma temática ‘periférica’ em nossa Antropologia: a educação.

Almejamos, dentro dos limites desse trabalho, analisar como a educação se insere na agenda de pesquisa da Antropologia brasileira, o que será realizado tanto a partir de sua presença nas linhas de pesquisa dos Programas de Pós-Graduação em Antropologia, quanto através de como ela aparece na atuação dos antropólogos vinculados a tais programas, considerando projetos de pesquisa, produção acadêmica, orientações e áreas de atuação indicadas<sup>2</sup>. Esse segundo aspecto será aquele que aprofundaremos mais nesse trabalho.

Ressalta-se desde já que compreendemos que o campo da Antropologia da Educação ultrapassa em muito os Programas de Pós-Graduação em Antropologia, considerando a atuação de antropólogos também em Programas de Pós-Graduação em Educação, em Ciências Sociais, dentre outros. Ainda, aqueles que atuam exclusivamente na graduação tanto de Ciências Sociais quanto de outros cursos, especialmente na Pedagogia, ou mesmo em instituições de pesquisa. Todavia, trata-se de um recorte realizado em nosso levantamento, que ainda que não transpareça a totalidade dessa área, nos dá indicativo de como ela tem se desenhado no nível mais institucionalizado da Antropologia no Brasil.

### **A educação na antropologia brasileira**

Quando nos voltamos para as narrativas em torno da institucionalização da Antropologia no Brasil, remetemo-nos, sobretudo, ao

período que inicia com a década de 1930, quando são criados os primeiros cursos de Ciências Sociais no Brasil<sup>3</sup>, que seria compreendido como período de institucionalização de tais ciências no país, em que pese as singularidades que elas passam a assumir em cada localidade (Miceli 1989). Sem embargo, algo ainda pouco debatido diz respeito à presença de cátedras de Antropologia junto às chamadas ‘escolas normais’, que visavam a formar professores (sobretudo professoras) para atuar em escolas. Esta ‘Antropologia Pedagógica’:

“[...] em muito dista da Antropologia que se institucionaliza nas universidades brasileiras a partir dos anos de 1930; contudo, mostra-se fundamental para a compreensão da interface entre a Antropologia e a Educação e também para a própria reelaboração da história da Antropologia brasileira, que tende a olvidar esse momento de produção do conhecimento no âmbito antropológico. Mesmo no período da década de 1950, em que há uma forte presença de cientistas sociais no aparato estatal e, portanto, envolvidos no debate público, o que inclui aí o debate educacional, há um apagamento dessa interface entre a Antropologia e a Educação” (Oliveira 2013a:37).

Sendo assim, mostra-se necessário que repensemos a própria história da Antropologia no Brasil, na qual a interface com a educação é um eixo de suma importância em seu processo de institucionalização. Ademais, como indica Peirano (1981), a questão educacional emerge como um dos principais ‘problemas’ do Brasil a serem ‘resolvidos’ a partir dos anos de 1930, de modo que só podemos compreender o advento dos cursos de Ciências Sociais nesse período se o inserirmos no bojo das transformações educacionais do período.

Trazemos ainda dois elementos que mereceriam serem problematizados em maior profundidade: a) como nos indica Miceli (1989), parte significativa dos primeiros estudantes dos cursos de Ciências Sociais era composta por professoras primárias, porém, pouco se sabe da relação entre a prática profissional dessas professoras com a formação recebida no campo das Ciências Sociais; b) o período da década de 1950 foi marcado pela criação do Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais (CBPE) com seus centros regionais, que visou a articular

a presença de cientistas sociais no campo da educação, principalmente visando a elaborar pesquisas que pudessem lastrear políticas públicas. Acerca desse penúltimo ponto, Corrêa pondera que:

“[...] foi na década de 1950, os ‘anos de ouro’ da educação, que um grupo de cientistas sociais, do qual participavam muitos antropólogos, constituiu-se como tal no interior de um aparelho de Estado e levou avante uma série de projetos que, a longo prazo, seriam frutíferos (prática, teórica e politicamente), inclusive para a antropologia institucionalizada que conhecemos hoje. Essa atuação só foi possível graças a sua articulação numa mesma rede social – rede de educadores e cientistas sociais inovadoramente criada a partir da também recente experiência acadêmica de seus integrantes e não mais estabelecida apenas através de laços de parentesco ou lealdade políticas (que, no entanto, ainda estavam presentes)” (Corrêa 2013:75).

Todavia, a experiência do CBPE, bem como de seus centros regionais, como é bem sabido, chegou ao fim na década de 1970 sem realizar plenamente seus objetivos, e como bem nos indica o trabalho de Dias da Silva (2002), isso se deu em parte ao fato de que parte significativa das pesquisas desenvolvidas pelo centro não possuíam ligação direta com a questão educacional.

Com o advento da pós-graduação a partir da década de 1960 ocorre um redirecionamento das pesquisas antropológicas para esse nível, inaugurando uma fase de formação profissional no sentido de capacitação institucional e, com isso, como nos indica Rubim, “[...] a disciplina conquistou um espaço temático e uma identidade fortemente delimitada por um estilo antropológico de fazer pesquisa e, mais particularmente, pela supervalorização da observação participante por si só, que seguiu a tradição antropológica de Malinowski e Boas” (1996:321).

No levantamento realizado por Rubim (1996) acerca das temáticas de pesquisa desenvolvidas nos programas do Museu Nacional, da Universidade de São Paulo (USP), da Universidade de Brasília (Unb) e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), a educação não aparece como uma das temáticas mais recorrentes, possivelmente os poucos trabalhos nessa área se encontram dissolvidos nas demais

grandes áreas indicadas pela autora, como Antropologia Urbana, Etnologia, entre outras.

Apesar das dificuldades de acesso aos acervos de teses e dissertações no período anterior aos anos de 1980, encontramos pontualmente alguns trabalhos que podem ser indicados como pioneiros na discussão antropológica acerca do universo educacional, como a tese de doutorado de João Baptista Borges Pereira intitulada *Escola Secundária numa Sociedade em Mudança* (1966), orientada Oracy Nogueira, na USP. Nos programas de pós-graduação existentes há mais tempo, como o da UNICAMP e o da Unb, não encontramos referência a trabalhos voltados para a questão educacional entre as primeiras dissertações defendidas (Fry 1979; Laraia 1979). No caso da Unb, a primeira sobre o tema foi *Escola Indígena: uma frente ideológica?* (1981) de Eneida Corrêa de Assis, que fora orientanda de Julio Cezar Melatti. Interessante perceber que no Museu Nacional encontramos um número relativamente expressivo de trabalhos que se voltam para a questão educacional, sendo pioneira a dissertação *Imagens da Educação* (1972) de Maria Madalena Diéguas Quintela, orientada por Roberto Cardoso de Oliveira, seguida do trabalho de Dorothe Wolf Schneider intitulado *As classes esquecidas – os alunos excepcionais do Estado da Guanabara* (1974), que fora orientado por Neuma Aguiar, e de *Escola intramuros: um estudo sobre ideologia no sistema de ensino* (1975) de autoria de Maria Consuelo Corresen, orientada por Francisca Isabel Schurig Vieira Keller (Velho 1979). Talvez essa presença significativa possa ser explicada pela força que a Antropologia Urbana apresentou nesse programa desde o seu surgimento e pela centralidade que a instituição escolar apresenta na dinâmica urbana.

A presença das pesquisas em Educação, inicialmente nos programas de antropologia mostra-se, portanto, bastante pontual, sendo uma temática que aparentemente goza de pouco prestígio. Podemos levantar como hipótese que inúmeros fatores confluem para este fenômeno. Nesse momento, destacamos dois que consideramos ter um peso mais significativo: a) a Reforma Universitária de 1968, além de

criar a pós-graduação, dentro do modelo que a conhecemos hoje, também criou as Faculdades de Educação e, com isso, um espaço específico para o desenvolvimento das pesquisas educacionais, apartado, portanto, das demais Ciências Humanas, criando assim uma cisão institucional nas pesquisas educacionais; b) apesar da relevância social da educação, ela só será paulatinamente percebida como o objeto relevante para os cientistas sociais a partir da universalização de seu acesso.

Pode-se observar que a partir da década de 1980, impulsionado pelo processo de redemocratização e o advento da nova constituição, aprofundando-se na década de 1990 com a Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (lei nº 9.394/96) e a universalização do acesso à educação básica ao menos no ensino fundamental, uma apropriação tímida porém crescente da Educação enquanto objeto de investigação da Antropologia.

Ao observarmos o desenho atual da pós-graduação em Antropologia no Brasil, composta por 24 programas de pós-graduação presentes em todas as regiões, ainda que concentrados no sudeste, podemos apontar alguns dados interessantes. O primeiro deles se refere ao fato de que, em meio à pluralidade de linhas de pesquisa existentes nesses diversos programas, apenas a Universidade Federal de Grande Dourados (UFGD) possui uma linha de pesquisa explicitamente ligada à questão educacional, denominada ‘Etnologia, Educação Indígena e Interculturalidade’, porém outros oito programas (Universidade Federal de São Carlos – UFSCar, Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, Universidade Federal do Mato Grosso – UFMT, Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, Universidade Federal Fluminense – UFF, Universidade Federal do Piauí – UFPI, Universidade Federal de Roraima – UFRR), a questão educacional é citada na ementa de uma linha, ainda que dissolvida em meio a outras temáticas. Na análise de Oliveira:

“[...] três indicam um vínculo com a questão da etnologia, o que reforça a ideia de que a presença das pesquisas educacionais na Antropologia brasileira encontra-se submetidas às demandas de uma

agenda de pesquisa já consolidada, que não aponta para o estabelecimento de um campo autônomo. Outra característica que chama a atenção é o fato de que a questão educacional é indicada de forma bem pontual, o que pode indicar a presença de poucos ou um único pesquisador na linha de pesquisa que dialogam com a educação, o que pode se estabelecer ainda por meio de outras interfaces, como no caso da Antropologia da Criança (Conh 2005; Tassinari 2011)” (Oliveira 2015:47-48).

Podemos concluir, assim, que a educação perdura enquanto temática periférica na agenda de pesquisa da pós-graduação brasileira, uma vez que estas nove linhas de pesquisa representam apenas 7,43% das 121 linhas de pesquisa existentes nos programas do país. Entretanto, isso não implica em dizer que a questão educacional não possa possuir centralidade das agendas de pesquisa individuais dos pesquisadores que integram esses programas. Desse modo, para aprofundarmos a análise do lugar da Educação na Antropologia brasileira passaremos a um exame mais minucioso dessa questão junto aos antropólogos que compõem os programas atualmente em funcionamento no país.

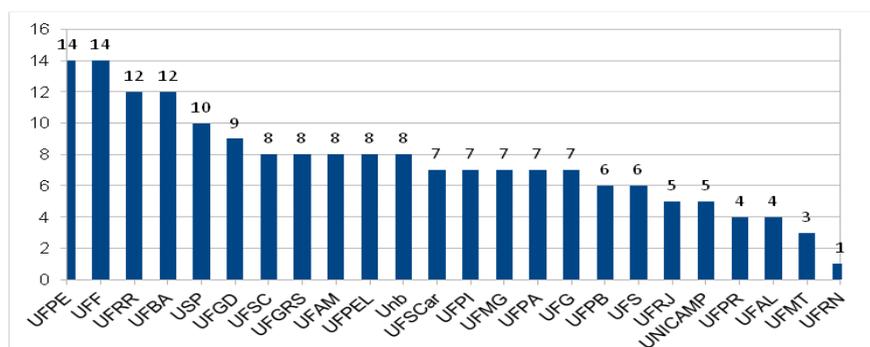
### **Um olhar sobre os antropólogos da educação brasileiros**

Considerando a dispersão do universo para o qual nos voltamos, devemos apontar desde já os procedimentos adotados no levantamento dos dados que serão aqui explorados: primeiramente utilizamos a plataforma Sucupira para levantarmos o número total de programas de pós-graduação na área, bem como os nomes dos docentes que os integram, considerando aqui em nossa amostra tanto aqueles que são colaboradores quanto os permanentes. Depois, passamos a examinar seus currículos lattes, nos quais buscamos os seguintes indicadores: a) se indicam a educação enquanto área de atuação, b) se possuem projetos de pesquisa e/ou extensão que tenham interface com educação, c) se possuem produção bibliográfica na forma de artigos, livros, capítulos de livro e coletâneas dialogando com a educação, d) se orientaram ou orientaram teses e dissertações na antropologia com interface com

educação. Os docentes que apresentaram ao menos um desses indicadores passaram a compor a nossa amostra mais geral, já aqueles que apresentaram simultaneamente ao menos três deles foram objeto de uma análise mais pormenorizada a ser apresentada no presente artigo.

Um primeiro aspecto que nos chamou a atenção foi o fato de que apesar da marginalidade do tema educação na agenda de pesquisa da pós-graduação, como indicamos pelo reduzido número de linhas de pesquisa que apontam para essa interface, há um número significativo de pesquisadores que apresentou ao menos um dos indicadores mencionados, totalizando 180 pesquisadores, o que representa 39,73% de um total de 453 professores que atuam em programas de antropologia. Destaca-se que recorrentemente um dos indicadores relaciona-se a trabalhos de orientações, por vezes desenvolvidos na interface com outras temáticas que são mais centrais nas atividades dos referidos docentes.

Estes docentes estão distribuídos de forma heterogênea pelos diversos programas do país, variando entre 1 a 14 docentes por programas nessa classificação. Desse modo, podemos inferir que a inexistência de linhas de pesquisa com alguma interface com a questão educacional não impossibilita o desenvolvimento de atividades relacionadas a essa área. Este cenário pode ser mais bem verificado no gráfico abaixo:



**Gráfico 1:** docentes vinculados a programas de antropologia com ao menos um indicador vinculado à educação (área de atuação, produção bibliográfica, projetos de pesquisa e/ou extensão, orientação na pós-graduação). **Fonte:** dos autores (2016).

Obviamente que estamos lidando com uma realidade complexa, na qual a hierarquia dos objetos de investigação pesa de forma significativa nas escolhas realizadas, tendo em vista que o desenvolvimento de pesquisas com objetos de maior prestígio acadêmico tende a trazer maior prestígio também para aqueles que conduzem investigação nessa área (Bourdieu 2011). Chama a atenção que em muitos casos pesquisadores que possuem produção na área, projeto de pesquisa e orientação, ou ainda apenas um desses elementos, não indicam a Educação como um dos seus campos de atuação, utilizando de forma mais recorrente campos mais consolidados como Etnologia Indígena, Gênero, Antropologia da Saúde etc. Podemos inferir com isso que essa indicação reforça a hierarquia dos objetos de investigação, ou que ainda a questão educacional surge para esses pesquisadores como um elemento em meio a problemas de pesquisa mais amplos, que ocupam a centralidade de suas investigações.

Por outro lado, alguns pesquisadores indicam a educação como uma área de atuação, sem que isso se substancie em produção acadêmica, elaboração de projetos de pesquisa e/ou extensão e orientações, o que pode indicar tanto um interesse ainda incipiente na área, bem como um interesse cujos resultados mais evidentes se colocam a partir da dimensão do ensino, lecionando em cursos de formação de professores, sobretudo. Outro fator relevante de se considerar é que os programas de pós-graduação são profundamente diferentes entre si, havendo nessa amostra tanto programas bastante consolidados que surgiram nas décadas de 1960/70, e outros recém-fundados como os da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e da Universidade Federal de Roraima (UFRR), cujas atividades iniciaram em 2015 e 2016, respectivamente.

É possível inferir ainda que o interesse de alguns desses pesquisadores tenha emergido a partir do financiamento recente provindo de órgãos governamentais, tais como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), cursos de pós-graduação promovidos pela Secretaria de educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e

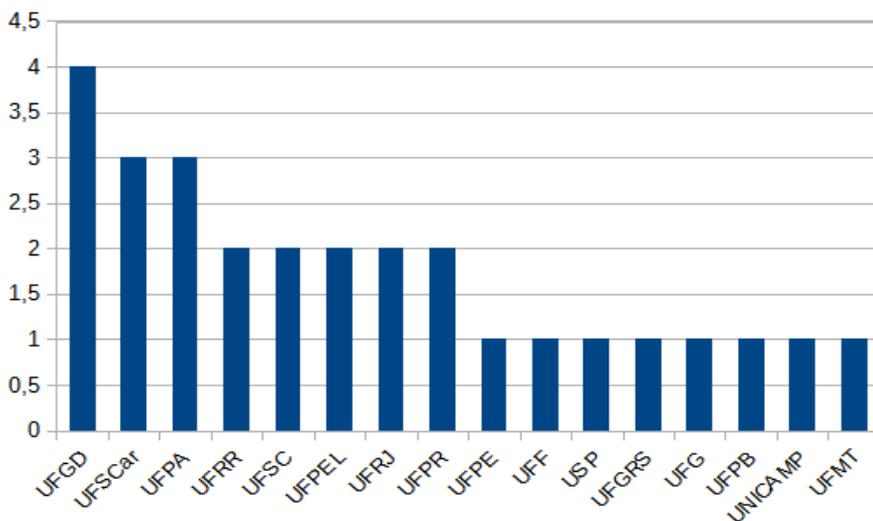
Inclusão (SECADI), editais específicos oriundos da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPIR), Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)<sup>4</sup>, Fundação Nacional do índio (FUNAI) etc. Desse modo, há de se considerar que o interesse pela área de educação enquanto campo de atuação deve ser compreendido em meio às políticas de fomento à pesquisa na educação que têm demandado o acionamento de antropólogos nessa seara, principalmente no que tem se colocado sob a rubrica de políticas para a diversidade.

Percebe-se, por fim, ainda com relação às características gerais desse grupo, que há um destaque evidente para as questões ligadas à educação indígena. Podemos afirmar que esse era um dado já esperado quando começamos a realizar o levantamento, tendo em vista que a etnologia indígena assume um lugar central no debate da antropologia brasileira desde seus primórdios e, mais ainda, que principalmente com a constituição de 1988 e com a LDB de 1996, a questão da educação escolar indígena ganha outros contornos, visibilizando ainda mais a reivindicação em torno de uma educação diferenciada para estas populações, ao mesmo tempo em que se passa a ganhar cada vez mais espaço pesquisas voltadas para as múltiplas formas de aprender presentes entre os povos indígenas.

Em todo o caso, como já indicamos, esse grupo de pesquisadores apresenta, via de regra, atividades relativamente dispersas, nas quais não necessariamente o desenvolvimento de pesquisas, a publicação acadêmica, a orientação e a indicação da educação, enquanto área de atuação, caminham juntos. Todavia, em meio a tais pesquisadores encontramos um grupo de 28 antropólogos que apresentam ao menos três desses indicadores, representando 15,55% desse grupo relativamente disperso e 6,18% do total de pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação em Antropologia no Brasil.

Ao passo que no primeiro grupo encontramos a presença de pesquisadores em todos os programas de Antropologia no país, quando nos referimos a esse segundo grupo o número se restringe a 16 programas (66,66% do total). Em alguns casos, programas que contavam

com mais de dez docentes no primeiro grupo passaram a contar com um ou nenhum docente nesse segundo, de modo que isso pode indicar uma fragilidade das atividades de pesquisa vinculadas a questões educacionais, ainda que recorrentemente elas surjam de forma pontual. O segundo grupo encontra-se distribuído institucionalmente da seguinte forma:



**Gráfico 2:** docentes vinculados a programas de antropologia com ao menos três indicadores vinculados à educação (área de atuação, produção bibliográfica, projetos de pesquisa e/ou extensão, orientação na pós-graduação).  
**Fonte:** dos autores (2016).

Nesse segundo gráfico, fica evidente uma questão interessante: os programas mais consolidados tendem a ter menos professores interessados pelo campo educacional, de modo que aqueles que poderíamos compreender como mais ‘periféricos’ são justamente os que apresentam um número mais significativo de docentes que indicam uma interface com a educação. Dos programas que contam com nota máxima da avaliação da CAPES, um não aparece nesse segundo grupo

(Unb) e dois contam com apenas um pesquisador (UFRJ e UFRGS). Destaca-se o caso da UFGD, que sendo o único programa a contar com uma linha de pesquisa explicitamente vinculada à questão educacional é também o programa com o maior número de docentes nesse segundo grupo (quatro).

Para explicar este fenômeno, podemos levantar duas hipóteses: a) que os programas mais periféricos por não possuírem uma agenda de pesquisa plenamente consolidada tendem a se voltar para questões mais pragmáticas, que incluem a formação de professores, produção de material didático com/para as comunidades indígenas e quilombolas etc.; b) que os programas que surgiram em período mais recente foram desenhados justamente em um período de intensas transformações na educação, como o advento nas ações afirmativas no ensino superior, a criação da SECADI, a introdução do ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena na Educação Básica, o debate mais recente sobre a 'ideologia de gênero' nos Planos de Educação etc., de modo que essas questões afetaram diretamente seus agentes.

Obviamente que não negamos que isso também tenha afetado os pesquisadores de programas mais consolidados, porém quando tais questões passaram a ocupar um lugar central de discussão pública, tais programas já apresentavam uma agenda de pesquisa bastante estruturada a partir de determinadas temáticas, ainda que isso não tenha impossibilitado o surgimento de novas articulações, como no caso de pesquisadores da área de relações étnico-raciais que passaram a se posicionar sobre as ações afirmativas no ensino superior, bem como sobre o ensino de história e cultura afro-brasileira nas escolas.

Se compararmos a distribuição desse grupo com as linhas de pesquisa que indicam alguma interface com a educação, perceberemos que são dois fatores que não necessariamente se sobrepõem, uma vez que há casos como o da UFPI, no qual há uma linha que indica alguma interface com Educação, porém nenhum de seus docentes consta nesse grupo ou, ainda, e de forma mais enfática, metade dos docentes desse segundo grupo encontra-se em instituições

que não possuem linhas de pesquisa que indicam uma interface com a educação.

Esta presença de pesquisadores mais engajados com a questão educacional em programas nos quais não há linhas de pesquisa com a interface com a Educação pode ser explicado pelo fato de que em muitos casos a educação entra como um fator em meio a uma agenda de pesquisa mais ampla para esses antropólogos, especialmente no que diz respeito àqueles que pesquisam educação indígena.

Outra leitura possível de ser realizada acerca dessa não sobreposição entre linhas de pesquisas e pesquisadores vinculados à educação é que a Antropologia da Educação no Brasil ainda é um campo em processo de constituição, como apontou Neusa Gusmão em entrevista recente (Oliveira 2013b). Estando em processo de consolidação é de se esperar que as próprias linhas de pesquisa possam passar por reformulações para melhor refletir os diversos interesses de seus docentes, ou ainda, que esse processo de consolidação perpassasse também as próprias disputas internas existentes nestes programas em estabelecer quais temáticas são ou não prioritárias.

Notadamente, destaca-se em meio a este grupo de pesquisadores a atuação no campo da Etnologia Indígena, quinze dos vinte e oito pesquisadores (53,57%) indicam este campo como uma área de pesquisa de seu interesse, cinco dos quais não necessariamente indicam a questão educacional como um tema de pesquisa. Em meio aos 28 pesquisadores desse grupo, 18 apontam a educação como uma área de atuação, havendo tanto indicações mais gerais nesse quesito como 'Educação' ou 'Antropologia e Educação', como ainda outras mais específicas, como 'Educação de Adultos', 'Educação do Campo', 'Educação Física', 'Educação à Distância' e de forma mais recorrente (dez pesquisadores) 'Educação Indígena'.

Em sua maioria, são pesquisadores com formação doutoral área de Antropologia de forma concentrada em poucas instituições. Dos 28 pesquisadores aqui analisados dezoito realizam doutorado em Antropologia, três em Ciências Sociais, três em História, um em Sociolo-

gia, um em Letras, um em Biologia e Conservação e um em Educação Física. Em sua maioria a formação doutoral ocorreu no Brasil, apenas duas pesquisadoras realizaram seus doutorados na França, uma na Holanda, um em Portugal e outro na Espanha.

Quando nos restringimos àqueles que realizaram seu doutorado na Antropologia no Brasil (15) chama a atenção a forte concentração em poucas instituições: cinco na UFRJ, cinco na USP, dois da UFRGS, dois na Unb, um na UFSC. Percebe-se com isso uma forte concentração na formação ofertada, sobretudo, no eixo Rio-São Paulo, em programas bem avaliados pela CAPES, todos com nota acima de cinco e majoritariamente acima de seis. Isso pode indicar uma sólida formação teórica e metodológica no campo da Antropologia em centros que são referência no país, ou seja, trata-se tendencialmente de pesquisadores dotados de ferramentas para o desenvolvimento de pesquisas bem estruturadas nessa área. Mesmo quando observamos aqueles que receberam a formação em áreas afins também percebemos o mesmo desenho, pois três doutoraram-se na UNICAMP, três na PUC-SP, uma na PUC-RS e uma na UFPE, entretanto nesse caso perdem espaço a UFRJ e a USP que não são indicadas como origem de formação doutoral em nenhum dos casos indicados nesse grupo.

São pesquisadores também que possuem uma forte experiência internacional: nove realizaram pós-doutorado fora do Brasil, principalmente em países como França, Estados Unidos, Itália, Holanda, Espanha, Canadá, Escócia, com maior concentração entre os três primeiros países.

Tanto a concentração da formação doutoral em determinadas instituições (sobretudo USP e UFRJ) como aquela realizada em nível de pós-doutorado em determinados países (França, Estados Unidos e Itália), pode nos indicar que a Antropologia da Educação produzida no Brasil insere-se dentro de determinadas tradições de pensamento, de modo que compreender quais as pesquisas antropológicas realizadas no campo da educação no Brasil perpassa, necessariamente, compreender como essas linhagens intelectuais, nos termos que nos

coloca Peirano (1991), articulam as categorias de pensamento à teoria e aos dados empíricos.

Ainda no que diz respeito à atuação de tais pesquisadores fora do Brasil, é importante indicar que doze foram professores visitantes em distintos países, tais como Estados Unidos, França, Itália, Argentina, Bélgica, México, Chile, Portugal, Escócia, com maior concentração naqueles dois primeiros. Isso em grande medida confirma o que fora apontado por Rial (2014) acerca da internacionalização da Antropologia brasileira. Sendo assim, podemos inferir que apesar de a educação permanecer como uma temática marginal na Antropologia brasileira, ela é realizada também por pesquisadores que gozam de um considerável capital acadêmico, hipótese reforçada pelo fato de que oito deles são bolsistas de produtividade do CNPq, sendo metade nível 1.

São, via de regra, pesquisadores experientes, tendo terminado o doutorado majoritariamente entre o final da década de 1990 e início dos anos 2000. Dois possuem doutorado há mais de 30 anos, dois entre 29 e 20 anos, dezessete entre 19 e 10 anos, sete há menos de dez anos. A concentração de pesquisadores com formação nesse período não parece ser fruto de mero acaso, principalmente se considerarmos a própria trajetória da Antropologia da Educação no Brasil, pois como nos sintetiza Gusmão (2015: 34-35):

“Na verdade, no Brasil, na primeira metade do séc. XX, mais que a antropologia, foi a sociologia que olhou mais detidamente a educação. A razão está em que, nesse período, sob a égide do positivismo, das ‘teorias do equilíbrio’, a antropologia que se constituiu no Brasil assumiu um cariz cultural, fato que leva posteriormente à negação da educação como objeto de interesse por parte dos antropólogos. A antropologia mais crítica que emerge nos anos de 1950 gradualmente ‘esquece’ a educação e deixa de vê-la como um campo político de muitas possibilidades. Contudo, em um contínuo temporal bastante demarcado, pode-se situar o interesse por estudos mais qualitativos, nos quais a etnografia passa a ser importante quando o tema é educação. Trata-se da segunda metade do séc. XX, mais nomeadamente dos anos de 1970/80 em diante. Época política intensa que, em toda a América Latina, incluso o Brasil, é marcada por ditaduras e movimentos sociais emergentes que obrigam uma retomada de valores e

de posicionamentos sociais e políticos. O mesmo acontece no mundo acadêmico, da segunda metade do séc. XX em diante, em relação à educação e a muitos outros temas antes tidos como secundários ou menores (questão étnica, de gênero, por exemplo). Esse contexto possibilita a emergência de diferentes propostas com relação à educação e, no caso particular do Brasil, à constituição de uma antropologia da educação que só começa a tomar fôlego ao final do século em tela, dos anos de 1990 em diante” (Gusmão 2015:34-35).

São pesquisadores que realizaram sua formação, portanto, em um contexto de expansão das pesquisas educacionais no campo das Ciências Sociais, o que ocorreu de modo concomitante ao advento da nova LDB, dos Parâmetros Curriculares Nacionais e da universalização do acesso à Educação Básica.

Esta vasta experiência que podemos verificar se traduz numa forte inserção junto a agências de fomento como CAPES e CNPq, órgãos governamentais como FUNAI, MEC, além de prefeituras, secretarias estaduais e municipais de educação, associações etc., entidades científicas, como ANPOCS, SBPC, ACSR, com destaque para a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), na qual alguns desses antropólogos participaram de sua diretoria além da Comissão de Ensino, posteriormente transformada em Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia.

Como nos indica Grossi (2006), a discussão sobre o Ensino é uma velha questão na ABA, e a criação da comissão de Ensino nos anos 2000 refletiu esse percurso dentro da associação, do mesmo modo que a transformação da comissão indicou uma ampliação de suas reflexões. Pensamos que a presença nesse grupo de antropólogos que participaram da comissão de ensino/educação da ABA indica que há um reconhecimento por parte dos pares da expertise de tais pesquisadores nessa seara, que se vincula não apenas à experiência em nível de pesquisa que eles possuem, como também de docência na formação de antropólogos.

Esse conjunto de pesquisadores orientou 23 dissertações e teses em Antropologia que se voltavam para a questão educacional, afora

outros trabalhos em nível de pós-graduação realizados em programas de educação, interdisciplinares, dentre outros. Isso é especialmente recorrente no caso dos programas mais jovens, o que indica que tais pesquisadores buscaram outros modos de se inserirem e produzirem suas pesquisas quando não havia um programa específico em Antropologia em suas instituições<sup>5</sup>. Possivelmente, o número de dissertações e teses na Antropologia voltadas para a questão educacional deve ser ainda maior, tendo em vista que no primeiro grupo de pesquisadores por nós indicados, que possuíam ao menos um dos indicadores que selecionamos para essa pesquisa, alguns possuíam como única ligação com a área a atividade de orientações nessa temática.

No que tange aos trabalhos orientados, novamente há de se destacar aqui o predomínio absoluto das pesquisas voltadas para a educação indígena, o que abarca não apenas a educação escolar, como também outras formas possíveis de aprendizagem vivenciadas por esses agentes.

Os temas das orientações, em grande medida, se afinam com as pesquisas que vêm sendo realizadas por estes docentes, contabilizamos 54 projetos de pesquisas, entre ativos e concluídos que dialogam com a área de educação. Além da conexão incisiva com a questão indígena, outras características que poderíamos destacar com relação a tais projetos é que eles são o indicador mais concentrado em poucos docentes, tendo em vista que alguns vêm realizando pesquisas sobre educação de forma sistemática desde sua formação em nível de pós-graduação, já na trajetória de outros pesquisadores isso aparece de forma mais incidental. Além do mais, chama a atenção o fato de que tais projetos apresentam um tom profundamente engajado, voltando-se amiúde para a formação docente, avaliação de projetos pedagógicos, produção de material didático, realização de oficinas em escolas etc.

Pelo que podemos observar as questões de pesquisa se colocam ante uma agenda de questões práticas que se colocam na realidade dos agentes de pesquisa. Como consequência, novas temáticas vêm ganhando espaço entre os projetos mais recentes, como no que diz

respeito à questão de gênero e sexualidade na realidade escolar. Desses projetos derivam uma parte significativa da produção desses pesquisadores, em muitos casos realizada em parceria com orientandos e outros parceiros de pesquisa. Não à toa o modelo de coletânea é privilegiado em relação ao livro de um único autor, de modo que se produz com isso obras de caráter mais polifônico.

Ainda que não tenhamos aqui elementos suficientes para analisar a trajetória desses pesquisadores no campo da educação, tendo em vista que apenas o acionamento de outros recursos metodológicos poderiam nos indicar mais precisamente como eles adentraram nessa seara, parece-nos interessante perceber que boa parte das pesquisas conta com financiamento público de diversas agências de fomento e órgãos governamentais, de modo que há de se supor que o interesse pela temática perpassa também a possibilidade de financiamento que tem se aberto nesse campo, o que ocorre de forma concomitante à ampliação do campo de atuação dos antropólogos no Brasil, especialmente no que tange às políticas públicas (Feldman-Bianco 2013).

### **Considerações finais**

Dentro dos limites desse trabalho, buscamos delinear um pouco do desenho da Antropologia da Educação no Brasil, a partir das instituições e agentes que rotinizam o conhecimento antropológico, focando naquele desenvolvido junto aos programas de pós-graduação em Antropologia. O cenário encontrado aponta para uma evidente dispersão em termos de elaboração de uma agenda de pesquisa, que ainda está por ser construída como nos indica Gusmão (2009), que é reforçada pelo lugar periférico da Educação em termos de temas explorados nas pesquisas antropológicas no Brasil, como indica o reduzido número de linhas de pesquisa que ao menos tangenciam essa questão.

Em todo o caso, como pudemos demonstrar, a existência de pesquisadores dedicados de algum modo à questão educacional não

acompanha necessariamente o desenho das linhas de pesquisa, de modo que pudemos encontrar pesquisadores dedicados à educação sem que houvesse necessariamente uma linha de pesquisa em seu programa indicando essa conexão. Todavia, apesar desses elementos, há algumas características mais gerais que tangenciam a maior parte dos perfis de pesquisadores aqui examinados que pode nos dar pistas para melhor compreendermos o desenho da pesquisa educacional na Antropologia brasileira.

O primeiro ponto é que ela se coloca predominantemente de forma incidental para os pesquisadores, como nos indica o significativo número de pesquisadores que apresentaram ao menos um indicador ligado à temática. E mesmo no caso daqueles que apresentavam orientações, projetos de pesquisa e/ou extensão e produção bibliográfica na área, por vezes a educação não era indicada como uma área de atuação.

O perfil daqueles mais engajados no campo da educação é formado por pesquisadores experientes, com formação doutoral no Brasil, possuindo muito frequentemente a experiência no exterior através de pós-doutorados ou mesmo na condição de professor/pesquisador visitante em outros países. São pesquisadores com significativo capital acadêmico, que pode ser atestado através do espaço conquistado junto a agências de fomento, entidades científicas, órgãos governamentais etc., além do reconhecimento em muitos casos através da bolsa de produtividade em pesquisa e do financiamento de suas pesquisas.

As pesquisas em educação desenvolvidas nos programas em Antropologia tendem a apresentar um tom mais engajado, preocupadas com questões práticas postas no universo de seus sujeitos de pesquisa. Elas apontam para uma forte articulação com as dissertações e teses produzidas nos respectivos programas de pós-graduação, bem como com a produção acadêmica posta em circulação, principalmente aquelas mais coletivas e escritas em coautoria.

Sem grandes surpresas, encontramos um forte predomínio do debate em torno da educação indígena, tanto a escolar quanto a não

escolar, o que se vincula principalmente à tradição intelectual instaurada na própria Antropologia brasileira, bem como às questões que vêm pautando o debate no âmbito das políticas educacionais para as quais os antropólogos são acionados.

Pode-se, a partir daí, realizar um balanço positivo da Antropologia da Educação Brasil, pois se não podemos afirmar que este é um campo consolidado, tampouco podemos indicar que é um campo pouco expressivo, ele tem ganhado cada vez mais destaque, especialmente entre os programas mais periféricos. Há, aparentemente, um crescente interesse por parte dos pesquisadores nessa temática, tendo em vista que em alguns casos há a indicação que este é um tema novo para esses sujeitos.

Trouxemos aqui um mapeamento que nos possibilita nos situar com relação ao campo, sem negar com isso que este campo ultrapassa significativamente a amostra que nós analisamos aqui. Outros balanços poderão nos trazer mais elementos, especialmente se pensarmos outras formas de perceber o campo, como através da atuação de antropólogos em programas de educação, ou mesmo através dos grupos de pesquisa do CNPq e de uma análise mais detalhada das dissertações e teses produzidas.

## Notas

<sup>1</sup> É a partir da Reforma Universitária de 1968 que são criados os cursos de pós-graduação no modelo que conhecemos hoje, ainda que em algumas instituições como na Universidade de São Paulo (USP) esses títulos venham sendo outorgado desde a década de 1940 nas Ciências Sociais.

<sup>2</sup> Os dados foram levantados a partir de dois sites principalmente, a plataforma sucupira (<https://sucupira.capes.gov.br/>) e a plataforma lattes (<http://lattes.cnpq.br>), nas quais encontram-se disponíveis os dados dos programas de pós-graduação e dos pesquisadores, respectivamente.

<sup>3</sup> Os primeiros cursos de Ciências Sociais no Brasil foram aqueles criados pela Escola Livre de Sociologia e Política de SÃO Paulo (ELSP) em 1933, pela Universidade de São Paulo (USP) em 1934 e pela Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935.

<sup>4</sup> Por meio da Medida Provisória nº 696, de outubro de 2015, que altera a Lei nº 10.683 de 28 de maio de 2013 foram unificadas as secretarias de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de Direitos Humanos, e de Políticas para as Mulheres, dando origem ao Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos (MMIRDH), cuja pasta coube à pedagoga e antropóloga Nilma Lino Gomes. Tal ministério foi extinto através da Medida Provisória 726, de maio de 2016

<sup>5</sup> Mais uma vez é relevante se reconhecer aqui que a Antropologia da Educação em muito ultrapassa o que há nos programas de Antropologia, de modo que recorrentemente encontramos em outros programas dissertações e teses orientadas por antropólogos que se voltam para a questão educacional, isso é especialmente evidente nos programas de educação a partir de múltiplas interfaces, tais como a questão indígena, as relações étnico-raciais, a cultura popular etc (Oliveira 2011), em que pese a crítica que pode ser realizada por vezes ao processo de apropriação das categorias antropológicas, bem como à etnografia nessas pesquisas (Oliveira 2013c).

## Referências

- AGUIAR, Neusa. 1975. *Escola intramuros: um estudo sobre ideologia no sistema de ensino*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: MN-UFRJ.
- ASSIS, Eneida C. 1981. *Escola indígena: uma frente ideológica?*. Dissertação de Mestrado. Brasília: Universidade de Brasília.
- BOURDIEU, Pierre. 2014. *Homo academicus*. Florianópolis: EDUFSC.
- CÔRREA, Mariza. 2013. *Traficantes do simbólico & outros ensaios sobre a história da antropologia*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- CORRESEN, Maria C. 1975. *Escola intramuros: um estudo sobre ideologia no sistema de ensino*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: MN-UFRJ.
- DIAS DA SILVA, Graziella. 2002. *Sociologia da Sociologia na Educação: caminhos e desafios de uma policy science no Brasil (1920-1979)*. Bragança Paulista: Editora da Universidade São Francisco.
- DUARTE, Luiz F. D. & MARTINS, Carlos B. C. (eds.). 2010. *Horizontes das ciências sociais no Brasil: antropologia*. São Paulo: ANPOCS.
- FELDMAN-BIANO, Bela (ed.). 2013. *Desafios da antropologia brasileira*. Brasília: ABA.
- FRY, Peter. 1979. "Dissertações de mestrado de antropologia defendidas na Universidade Estadual de Campinas - Período: 1976/78". *Revista de Antropologia*, 22(1):173-174.
- GROSSI, Miriam. 2006. "Ensino de Antropologia: uma velha história na ABA". In GROSSI, M., TASSINARI, A. & RIAL, C. (eds.): *Ensino de antropologia no Brasil: formação, práticas disciplinares e além fronteiras*, pp 7-11. Blumenau: Nova Letra.

- GUSMÃO, Neusa. 2015. "Antropologia e educação: um campo e muitos caminhos". *Linhas Críticas*, 21(44):19-37.
- \_\_\_\_\_. 2009. "Entrelugares: antropologia e educação no Brasil". *Revista Educação*, 34(1):29-46.
- LARAIA, Roque. 1979. "Dissertações de mestrado de antropologia defendidas na Universidade de Brasília - Período: 1974/79". *Revista de Antropologia*, 22(1):171-197.
- MICELI, Sergio. 1989. "Condicionantes do Desenvolvimento das Ciências Sociais". In MICELI, S. (ed.): *História das ciências sociais no Brasil - Vol. 1*, pp. 72-110, São Paulo: Editora Vértice/Idesp/Finep.
- \_\_\_\_\_. *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*. Vol. I - Antropologia. São Paulo: Sumaré/São Paulo.
- OLIVEIRA, Amurabi. 2011. "A Antropologia dos não antropólogos e outras questões etnocêntricas". *Revista Antropológicas*, 22(2):101-123.
- \_\_\_\_\_. 2013a. "O Lugar da Antropologia na Formação Docente: um olhar a partir das escolas normais". *Pro-Posições*, 24(2):27-40.
- \_\_\_\_\_. 2013b. "Antropologia e/da educação no Brasil: entrevista com Neusa Gusmão". *Cadernos de Campo*, 22:147-160.
- \_\_\_\_\_. 2013c. "Algumas pistas (e armadilhas) na utilização da etnografia em educação". *Revista Educação em Foco*, 16(22):163-183.
- \_\_\_\_\_. 2015. "Sobre o Lugar da Educação na Antropologia Brasileira". *Temas em Educação*, 24(1):40-50.
- OLIVEIRA, Roberto C. 2003. *Sobre o pensamento antropológico*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- PEIRANO, Mariza. 1981. *The anthropology of anthropology: the brazilian case*. Tese de Doutorado. Cambridge: Harvard University.
- \_\_\_\_\_. 1991. "Os antropólogos e suas linhagens". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 16(6):43-50.
- PEREIRA, João B. 1966. *Escola secundária numa sociedade em mudança*. Tese de Doutorado. São Paulo: Universidade de São Paulo.
- QUINTELA, Maria M. 1972. *Imagens da educação*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: MN-UFRJ.
- RIAL, Carmen. 2014. "A antropologia no Brasil". *Boletín Colegio de Etnólogos y Antropólogos Sociales*, 1(1):67-73.
- RUBIM, Christina. 1996. *Antropólogos brasileiros e a antropologia no Brasil: a era da pós-graduação*. Tese de Doutorado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas.
- SCHNEIDER, Doroth. 1974. *As classes esquecidas - os alunos excepcionais do Estado da Guanabara*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: MN-UFRJ.
- SCOTT, P., CAMPOS, R. & PEREIRA, F. (eds.). 2014. *Rumos da antropologia no Brasil e no mundo: Geopolíticas disciplinares*. Recife-PE: Editora UFPE-ABA.

TRAJANO FILHO, Wilson & RIBEIRO, Gustavo (ed.). 2004. *O Campo da antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: ContraCapa.

VELHO, Gilberto. 1979. "Dissertações de mestrado de antropologia defendidas no Museu Nacional (UFRJ) - Período: 1970/77". *Revista de Antropologia*, 22(1):165-169.

**Abstract:** The field of the Anthropology of Education in Brazil is in the process of formation, however, it has not yet carried out a more detailed analysis about its configuration. In this paper, we aim to analyze this field from the existing Anthropology graduate programs, in which we are considering mainly the line of research in such programs and the activities of their teachers in the educational field. We examine more deeply the profile of anthropologists who have some interface with education, considering the following indicators: a) information on education as a field of activity; b) the development of research and/or extension projects within this area; c) the academic production in the field of education; d) the development of supervision in master's and Ph.D. thesis in this area.

**Keywords:** Anthropology of education; Academic field; Brazilian anthropology; Anthropologists.

Recebido em maio de 2016.

Aprovado em dezembro de 2016.